

Ata da Reunião do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense - COLIT, realizada no dia 17 de Dezembro de 2015, às 14h, no Salão da FIEP - Auditório - Av. Comendador Franco 1341- Curitiba - PR, sob a Presidência do Sr. Ricardo Soavinski - Presidente, e secretariada pelo Sr. Alfredo Parodi - Secretário Executivo.

O Sr. Secretário Executivo, Alfredo Parodi (COLIT):- Boa tarde, senhoras e senhores. Pediria que tomassem assento para que possamos dar início a reunião do Conselho do COLIT, para que eu possa passar a palavra ao Presidente do Conselho, Secretário de Estado, Ricardo Soavinski.

O Sr. Presidente do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense, Sr. Ricardo Soavinski (SEMA):- Boa tarde a todos, Conselheiros, Conselheiras. Obrigado pela presença.

Temos três pontos de pauta, primeiro fizemos uma chamada com um ponto de pauta e depois mais dois, então temos três protocolos para analisarmos hoje aqui. Creio que todos tenham analisados, porém, um deles, sinto informar a todos os Conselheiros, vamos ter que retirar de pauta, inclusive todo o pessoal convidado, é uma plenária aberta, as pessoas têm direito de participar como ouvintes, mas atendendo uma determinação judicial que nos chegou no início da reunião determinando que suspenda a análise e qualquer procedimento relacionado ao protocolo... Vou ler aqui para vocês, é melhor.

A mim endereçado: “Digníssimo Presidente do Conselho do Litoral, na data de hoje. Sr. Presidente, pelo presente, em atendimento ao contido

30 nos autos acima mencionados, determino a V.Sa. que suspenda o
31 procedimento número 13.853.055-8 do COLIT e, em consequência,
32 qualquer deliberação ao seu respeito, inclusive a votação agendada para
33 hoje, dia 17 de dezembro de 2015, sob pena de multa de um milhão de reais
34 para a hipótese de descumprimento por todo o conteúdo da referida decisão
35 de evento número seis, cuja cópia segue em anexo, e fica fazendo parte
36 integrante deste. Na oportunidade, apresento nossa estima e consideração.
37 Pontal do Paraná, 17 de dezembro de 2015. Bianca Bacci Bisetto - Juíza de
38 Direito”.

39 Então, sobre esse assunto, nós consultamos nossa jurídica, a
40 orientação é que não trate nada a respeito desse protocolo hoje. Até porque
41 não adiantaria a gente tratar, discutir, sem poder dar nenhum
42 encaminhamento, inclusive poderia ser objeto até de alguma interpretação.
43 Então, o que nós temos de orientação da nossa jurídica, logicamente vamos
44 atender bem o que está nos autos, como qualquer determinação judicial, e
45 aí definir o que vamos fazer o que está sendo colocado ali para atendermos
46 a determinação e tomarmos as providências necessárias. Então, este ponto
47 de pauta, por determinação judicial, fica suspenso de análise no dia de hoje.

48 Não tendo o que falar mais desse ponto no momento, entendo eu, até
49 porque qualquer coisa que acontecer quem responde sou eu, inclusive a
50 multa. Então, eu não seria imprudente e nem irresponsável em nenhum
51 momento em dar andamento à análise e deliberação sobre esse item. Só
52 registro que tudo aquilo que estava ao alcance e que é competência da
53 Secretaria Executiva do COLIT, que é vinculada à Secretaria de Estado de
54 Meio Ambiente e Recursos Hídricos da qual estou à frente, numa Comissão
55 composta de técnicos de várias áreas, mais para constar para os senhores e
56 senhoras Conselheiras, todo o trabalho foi feito, analisando os relatórios
57 das instituições que pediram vistas. Mas, enfim, isso faz parte de um país
58 democrático, que tem leis, tem regras e assim temos que seguir.

59 Então, numa oportunidade, creio eu que em breve, possamos
60 comunicar ao Conselho como será tratada a questão, os próximos passos,
61 para que a gente avance nesta matéria.

62 Como eu coloquei, estão pautados para a reunião de hoje, até tem
63 mais demandas, seguindo o procedimento que na reunião anterior eu
64 coloquei para os senhores e senhoras, de uma análise estratégica, uma
65 anuência do COLIT aos processos de licenciamento do litoral. Então, para
66 o dia de hoje temos dois processos para serem submetidos à análise do
67 Conselho e passaremos imediatamente à análise desses processos.

68 O Parodi, Secretário Executivo do COLIT, vai fazer uma explanação,
69 um por um. O primeiro trata da apresentação do Procedimento
70 Administrativo, Protocolo n.º 13.651.656-6, referente ao requerimento de
71 licenciamento ambiental, na modalidade de autorização ambiental - AA,
72 para obra de instalação de gabiões visando contenção do processo erosivo e
73 garantir a integridade da estrutura e ponte pênsil instalada no local,
74 interessado: Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza. E a outra é
75 uma demanda do município de Paranaguá, mas na sequência desse a gente
76 coloca também à apreciação. Por favor, Parodi.

77 O Sr. Secretário Executivo, Alfredo Parodi (COLIT):- Obrigado,
78 Presidente.

79 Com relação ao Processo de número 13.882.146-3, interessado
80 Fundação Grupo Boticário farei um breve relato. O grupo Boticário trata-se
81 de uma unidade de conservação do grupo Boticário que reitera, com
82 urgência, o pedido de requerimento de autorização ambiental para a
83 instalação de gabiões à margem esquerda do Rio Morato para contenção de
84 erosão junto a ponte pênsil na reserva natural Salto Morato. Vimos, por
85 meio deste ofício, reiterar o pedido de autorização ambiental, protocolado
86 sob o número 13.651.656-6- AA, junto ao Instituto Ambiental do Paraná
87 para a realização de uma obra de contenção de encosta do Rio Morato. Tal

88 intervenção consiste na colocação de gabiões logo abaixo de uma ponte
89 pênsil, à margem esquerda do rio, em uma extensão de quarenta metros. A
90 área em questão situa-se na Reserva Natural Salto Morato de propriedade
91 da Fundação Grupo Boticário de proteção à natureza desde 1994.
92 Destacamos que a reserva recebe cerca de oito mil visitantes ao ano, sendo
93 que o período de verão é a alta temporada, onde registramos até trezentos e
94 cinquenta visitantes por dia. A obra citada acima tem grande importância,
95 pois é, atravessando a ponte pênsil, que os visitantes têm acesso à principal
96 atração da reserva, a Cachoeira Salto Morato. Com o início de período de
97 chuvas e enchentes, além da ocorrência de trombas d'água, muito comum
98 na região e conseqüentemente comprometimento da estrutura basal da
99 ponte, o risco de acidente envolvendo visitantes e funcionários merece
100 especial atenção. Diante disso, entendemos que a obra é urgente para
101 garantir a segurança das pessoas e da infraestrutura existente.

102 Sr. Presidente, posso colocar em votação?

103 O Sr. Presidente do Conselho de Desenvolvimento Territorial do
104 Litoral Paranaense, Sr. Ricardo Soavinski (SEMA):- Por questão de ordem.
105 Só se identifica, por favor.

106 O Sr. José Carlos Salgado (Sindiseab):- Qual o número do
107 protocolo?

108 O Sr. Secretário Executivo, Alfredo Parodi (COLIT):- O número do
109 protocolo que deu entrada no IAP é a 13.882.146-3. Certo?

110 O Sr. José Carlos Salgado (Sindiseab):- O que está no ofício é outro
111 número, Ofício 86 que foi incluído na pauta. Está diferente.

112 O Sr. Presidente do Conselho do Litoral Paranaense, Sr. Ricardo
113 Soavinski:- É encaminhado por um ofício, mas ele diz respeito a um
114 processo, a um protocolo.

115 O Sr. Conselheiro José Carlos Salgado (Sindiseab):- Mas o protocolo
116 que está no ofício é diferente do que ele colocou.

117 O Sr. Presidente do Conselho do Litoral Paranaense, Sr. Ricardo
118 Soavinski:- Vamos aguardar a Secretaria dirimir esta dúvida.

119 O Sr. Secretário Executivo, Alfredo Parodi (COLIT):- Sr.
120 Conselheiro, existem dois processos com o mesmo objeto. Esse que eu li é
121 o resumo que tem outro número e o número do processo que o senhor
122 citou, é exatamente esse, 13.651.656-6, que é o processo original. Este faz
123 parte do mesmo processo.

124 O Sr. Conselheiro José Carlos Salgado (Sindiseab):- Obrigado.

125 O Sr. Presidente do Conselho de Desenvolvimento Territorial do
126 Litoral Paranaense, Sr. Ricardo Soavinski (SEMA):- Vamos abrir para
127 discussão, tirar alguma dúvida, tirar alguma, alguma complementação que
128 alguém queira fazer. (Pausa). Senão houver nenhuma questão podemos
129 colocar em votação. Alguém pede a palavra? (Pausa). Eu entendo que é
130 uma obra simples, de algo que já existe para conter a erosão de um lugar de
131 acesso a um atrativo natural, dentro de uma área inclusive conservada, pelo
132 menos eu conheço e posso aqui falar, muito bem cuidada.

133 Se ninguém tiver nenhuma objeção, nenhum esclarecimento, coloco
134 em votação. Temos que ter o ritual, fizemos um cartão inclusive de
135 votação. (Pausa). Quem fará a contagem? Um voto contra, APROVADO
136 por quase unanimidade.

137 Vamos para o segundo ponto de pauta: apresentação do
138 procedimento administrativo de Protocolo de 13.646.193-1 que trata de
139 licenciamento ambiental na modalidade autorização ambiental - AA, para a
140 terraplanagem da revitalização da Avenida Belmiro Sebastião Marques,
141 pertencente ao requerente, Prefeitura Municipal de Paranaguá, interessado
142 Prefeitura Municipal de Paranaguá. Por favor, Parodi.

143 O Sr. Secretário Executivo, Alfredo Parodi (COLIT):- Trata-se de
144 requerimento para autorização ambiental para a terraplanagem da
145 revitalização da Avenida Belmiro Sebastião Marques, pertencente ao

146 requerente Prefeitura Municipal de Paranaguá. Este grupo técnico foi
147 instituído pela Resolução COLIT 02/2015 e analisou este processo,
148 considerando as Resoluções SEMA n.º 65/2008 e SEMA n.º 70/2009, com
149 alterações da SEMA n.º 72/2009. Segue abaixo análise: “A Comissão
150 Técnica analisa pertinente o parecer técnico número 03/2015, folhas 95, 96
151 e 97 da Câmara Multidisciplinar do IAP e assim é favorável à emissão da
152 respectiva licença ambiental, mantidas as mesmas condicionantes
153 apresentadas no referido parecer.”

154 Presidente, caso algum Conselheiro veja por bem obter alguma
155 informação técnica, a arquiteta Camila da Prefeitura de Paranaguá está
156 presente para dirimir eventuais dúvidas.

157 O Sr. Presidente do Conselho de Desenvolvimento Territorial do
158 Litoral Paranaense, Sr. Ricardo Soavinski (SEMA):- Faculto a palavra a
159 alguém que queira algum esclarecimento a mais, podemos nos utilizar do
160 conhecimento sobre o assunto bem aprofundado, como o Parodi colocou.
161 Também se trata de uma obra necessária em uma área já existente. Alguém
162 quer fazer uso da palavra, quer pedir algum esclarecimento a mais?
163 (Pausa).

164 Pergunto porque estamos iniciando os trabalhos no COLIT e têm
165 Conselheiros novos, algumas pessoas têm mais tempo de casa, outras
166 menos, para que a gente vote é interessante que a gente conheça bem,
167 porque, às vezes, por falta de conhecimento simplesmente ter um não ou
168 um sim e aí põe em risco um procedimento que inclusive teve uma análise
169 aprofundada de uma Câmara Técnica no IAP.

170 Então, o que o Secretário Executivo do COLIT fez foi ler o parecer,
171 que eles verificaram, entenderam que estava tudo ok, que seguiu as normas,
172 então tem o parecer favorável da Câmara Técnica. Ou seja, passou por mais
173 uma instância de revisão daquilo que foi feito. Mas lógico que precisando,
174 estamos aqui para isso, precisando de alguma informação vamos tentar

175 sempre que possível fazer isso, trazer alguém da empresa ou do requerente
176 ou do próprio licenciamento do IAP que, havendo necessidade, esclareça e
177 que todo o mundo vote com bastante convicção, convicção técnica, com
178 segurança, para fazer aquilo que tem que ser realmente feito.

179 Então, mais uma vez, pergunto se não precisam de nenhum
180 esclarecimento a mais, senão coloco em votação. (Pausa).

181 O Sr. Conselheiro (não se identificou):- Eu só queria fazer uma
182 manifestação sobre esta questão. Eu voto contra e pedir desculpas ao
183 prefeito porque eu acho que este tipo de licenciamento não deveria chegar
184 até o COLIT. A prefeitura está esperando muito tempo para fazer uma obra
185 que poderia ser licenciada tranquilamente pelo IAP do litoral. Não deveria
186 subir ao COLIT este tipo de situação e nem a do Boticário. Construção de
187 gabião não deveria ser discutido no COLIT para que fosse referendado. O
188 próprio IAP deveria ter autonomia para fazer isso lá embaixo. Por isso o
189 meu voto contra, não que eu seja contra a obra, por causa dessa situação. Se
190 pegarmos situações pequenas, pontuais, que podem ser licenciadas diretas
191 pelo IAP e trazer pelo Conselho do Litoral. Esperar dois, três, cinco meses
192 por uma reunião para decidir o que pode ser decidido pelo IAP. Se fosse
193 uma obra de vulto, aí poderia ser, mas a prefeitura ficar esperando vários
194 meses para recuperar uma rua, uma avenida é meio complicado.

195 O Sr. Presidente do Conselho de Desenvolvimento Territorial do
196 Litoral Paranaense, Sr. Ricardo Soavinski (SEMA):- Estamos em um
197 procedimento específico de um protocolo, mas como você fez um
198 questionamento, isso poderá chegar a este ponto. É uma pauta interessante,
199 porque em algum momento, na discussão no próprio Conselho, a gente
200 realmente faz para definir melhor o que realmente vamos trazer para o
201 Conselho, até pelo volume de demanda que tem e que vai continuar tendo.

202 Mas o nosso entendimento, da Secretaria do COLIT, o entendimento
203 de governo é que neste momento e junto com a equipe do IAP

204 principalmente, dado uma série de demandas, inclusive judiciais e em
205 diferentes níveis de licenciamento, tamanhos e especificidades, o
206 entendimento é que a gente traga realmente para cá para ter conhecimento,
207 até para que um grupo maior de pessoas, de dirigentes, de profissionais
208 tanto das ONG's, que dê transparência e a gente comece a se acostumar
209 com esses procedimentos e conheça-os com profundidade. E se um pouco
210 mais na frente, se entendermos aqui que a gente deve mudar o
211 procedimento, nós poderemos criar uma Comissão para estudar, com
212 membros do próprio COLIT e definir que tipo de empreendimento nós
213 realmente vamos trazer para o COLIT.

214 Então, isso está no nosso plano, mas no início, a pedido do próprio
215 IAP, a Ana Cecília está aqui para dar um conforto maior para a equipe,
216 pessoal que tem muita experiência inclusive, mas foi definido desta forma.

217 E nós temos uma dinâmica, o processo pode ser bastante dinâmico e
218 a gente pode evoluir para uma situação melhor do que essa, definindo bem
219 claramente que tipos de empreendimento virão e os que não virão. Mas
220 vamos continuar, por mais um tempo, trazendo esses processos aqui, vamos
221 analisar, vamos conhecer com profundidade como é feito e depois a gente
222 parte para uma outra... Não é nada definitivo, vamos ver como vai
223 funcionar, dando transparência a todos os procedimentos e se pudermos
224 melhorar cada vez mais, vamos melhorar, não tem problema. A intenção é
225 essa.

226 Isso posto, não temos mais nenhum esclarecimento sobre este
227 procedimento em específico, vou colocar em votação. Quem for favorável
228 levante o cartão de votação. (Pausa). APROVADO para que o IAP proceda
229 a expedição de licença.

230 Os dois itens de pauta que pudemos tratar hoje estão tratados,
231 aprovados. Nas próximas reuniões o número será bem maior, nós temos
232 talvez umas duas dezenas que passou pela comissão criada no IAP, estão

233 sendo extremamente cuidadosos no IAP e depois aqui no COLIT. Lógico
234 que alguns procedimentos serão bastante rápidos como esse. Algumas
235 pessoas até entenderam que não ia funcionar, eu acredito que vindo os
236 processos bem instruídos, um resumo do que é o assunto e é até bacana
237 para todos terem conhecimento. Eu entendo que dá para a gente, numa
238 tarde, numa reunião aqui do COLIT analisarmos vários processos sim e
239 depois com o tempo a gente vê o que faz.

240 Mas é isso. O que tínhamos de pauta, infelizmente o assunto que ia
241 ser longo e ia tomar grande parte da tarde, não poderemos tratar aqui.
242 Repito, ele foi bastante bem recepcionado, as contribuições ou as
243 recomendações que os requerentes do pedido de vistas fizeram, mas vai
244 ficar para as próximas reuniões. Não sei bem como vai funcionar, temos
245 que ver com a nossa jurídica.

246 Não tendo assunto de pauta para ser tratado, tenho dois pedidos de
247 fala e vou abrir para assuntos gerais, comentários. O prefeito pediu e da
248 Mater Natura. Pela ordem, prefeito, Mater Natura e Adetur.

249 O Sr. Conselheiro Edgar Rossi (Prefeito de Pontal do Paraná):- Boa
250 tarde a todos. Ricardo Soavinski, Secretário de Estado de Meio Ambiente,
251 eu gostaria de saber se tem outra data para que seja marcada novamente
252 esta reunião para a aprovação do Plano Diretor. Todos têm conhecimento
253 da necessidade do município em ter um plano diretor. A dificuldade de
254 licença ambiental no município, tem hora que dá vontade de entregar a
255 chave do município e desistir, porque é impossível governar um município
256 sem plano diretor e não se consegue uma licença ambiental. Percebe-se que
257 um simples sapinho tem mais valor que um ser humano que mora na beira
258 do canal em situação de dificuldade, que mora em área de risco como
259 várias famílias. Faz um ano e meio, inclusive tem parecer favorável de
260 vocês para a liberação de licença ambiental para construir cento e setenta e
261 cinco casas. Temos dinheiro disponível e não conseguimos limpar aquela

262 área para construção. Não conseguimos nem limpar aquele canal que faz
263 quarenta anos que está aberto e está se aproximando a temporada, vai dar
264 enchente como ano passado deu, várias famílias perderam os seus móveis,
265 famílias pobres, situação complicada que o povo queria me linchar em
266 Pontal. E não consigo uma licença ambiental para limpar esse canal. É de
267 ficar indignado!

268 O Sr. Presidente do Conselho de Desenvolvimento Territorial do
269 Litoral Paranaense, Sr. Ricardo Soavinski (SEMA):- Prefeito, não sei lhe
270 precisar data. Nós estaremos fazendo reuniões com uma frequência
271 bastante grande, até para dar vazão a toda demanda que tem. Agora em
272 qual reunião nós vamos trazer para cá não sei lhe dizer, tecnicamente posso
273 lhe dizer que a comissão criada tratou o assunto com bastante
274 profundidade, porque o Plano Diretor de Pontal, embora venha sendo
275 discutido a um tempo relativamente grande, traz empreendimentos de
276 vulto, de interesse do Estado como um todo. Porém, dadas as
277 características ambientais da área, tudo o que está previsto no próprio plano
278 diretor demanda, como qualquer assunto, demanda uma análise técnica
279 com bastante profundidade. Isso foi feito.

280 A nossa equipe, a equipe do Estado teve bastante pronta para
281 aprofundar naquilo que tinha que se aprofundar. Inclusive os relatórios,
282 como eu falei, das instituições que pediram vistas muita coisa veio
283 enriquecer o próprio processo. Isso ia ser apresentado aqui hoje, mas nem
284 posso avançar nesta discussão porque entendo que está suspensa.

285 Mas, de qualquer maneira, a dedicação para trabalhar com a maior
286 profundidade técnica e na maior velocidade possível, inclusive prestando
287 todos os esclarecimentos necessários à Justiça e ao Ministério Público, que
288 promoveu o pedido de suspensão, nós vamos fazer. Então, todas as
289 recomendações, todo o tempo que for necessário para ter a melhorar

290 qualidade no menor tempo possível para trazer de novo a este Conselho e
291 podermos avaliar tudo isso e deliberar. Mas agora dependemos da Justiça
292 também, por isso que não tenho governança no processo. O senhor
293 compreende bem, o senhor é um gestor público também, o senhor sabe
294 disso. Mas fica aqui o nosso comprometimento com o povo todo do litoral
295 e logicamente com tudo aquilo que representa o litoral para nós em termos
296 de paisagem, de biodiversidade, de potencial turístico, dos usos múltiplos,
297 vamos analisar como vínhamos trabalhando. Mas infelizmente não sei lhe
298 precisar porque não tenho governança, depende da Justiça. Ok, prefeito.

299 O Sr. Conselheiro Edgar Rossi (Prefeito de Pontal do Paraná):- Até
300 essa questão que foi criada essa Câmara Técnica para votar os pedidos de
301 liberação de licença ambiental, nós sabemos que hoje no IAP tem
302 seiscentos e poucos processos que têm que passar por vocês. O pessoal do
303 IAP disse que será passado trinta processos por mês para a Câmara
304 Técnica, vocês já pensaram? Tem processo que vai levar mais de dois anos
305 para ser liberado. Claro, não só o plano diretor que é uma necessidade, que
306 vai dar as diretrizes, mas estou em uma cidade, quando assumi o governo,
307 tinham quatrocentas e oitenta crianças na creche e agora estamos com mil,
308 quatrocentas e oitenta crianças, nós ampliamos o que podíamos e hoje não
309 consigo ter licença para limpar uma área. Todas as áreas do litoral, a área
310 pública que o município tem, são áreas de mato que precisam ser limpas
311 para construir qualquer coisa no litoral.

312 Hoje está impossível de se fazer algum projeto no litoral. Temos uma
313 área degradada, faz seis meses que licitamos a obra perto da faculdade,
314 íamos fazer uma área de estacionamento com banheiro, com quiosque,
315 tentando cercar para preservar a restinga, não saiu nem a licença prévia.
316 Estamos perdendo o recurso. Como essas casas, como uma área para
317 construir a rodoviária que não sai, limpeza de canal que não sai. Enfim,

318 devemos ter entre oito a dez pedidos de licença ambiental. Uma vala
319 extravasou, inclusive Ciro e o Tarcísio foram ver, é como uma bacia que
320 enche de água com a chuvarada e nós precisamos abrir uma vala
321 extravasora, e não conseguimos também limpar.

322 Então, vocês analisem bem como a demora, acho importante, é
323 bacana essa Câmara Técnica porque vai dar uma tranqüilidade e ao pessoal
324 do IAP também, mas imaginem se trinta processos por mês vai resolver o
325 problema do Paraná, as dificuldades dos municípios.

326 O Sr. Presidente do Conselho de Desenvolvimento Territorial do
327 Litoral Paranaense, Sr. Ricardo Soavinski (SEMA):- Prefeito, nós
328 entendemos perfeitamente a demanda, o represamento que isso gerou
329 durante um tempo. Só esclarecendo: não é em função do COLIT. Esse
330 problema vinha acontecendo, teve trocas de chefia várias vezes lá embaixo,
331 muita coisa sendo judicializada, né Ana. O que nós fizemos, só para ficar
332 bem claro para todos aqui? O IAP criou uma Câmara Técnica aqui na sede,
333 até pelo número pequeno de funcionários que tem nos seus escritórios e
334 têm muitos assuntos que precisam de uma análise multidisciplinar.

335 Então, ao invés de trazer um técnico, mandando para cá, mandando
336 para lá, nós temos um número pequeno, nós temos vinte escritórios pelo
337 Estado e tem muita demanda do litoral. O que o Tarcísio fez? Até ele pediu
338 desculpas em não poder comparecer aqui hoje, está em uma questão no
339 interior, mas a Ana Cecília que é diretora da área de licenciamento está
340 aqui representando o IAP, para dar celeridade com a máxima qualidade
341 exigida nesses processos é que foi criada essa Câmara no IAP. Então, não é
342 aqui no COLIT, é lá no IAP, e o pessoal intensificou esse trabalho, está
343 fazendo uma revisão em tudo aquilo que já foi tratado. Têm muitos
344 processos que foram tratados que você pede complementação de
345 informações para o empreendedor e às vezes ela não vem.

346 Eu não estou falando de COLIT aqui, estou falando de lá e isso vale
347 para todos os lugares do Brasil, e vale para o Governo de Federal também,
348 porque eu trabalhei minha vida inteira quase.

349 Então, têm questões que é sobrecarga e pouca gente, têm questões
350 que é falta de qualidade nos pedidos que vêm, é informação errada ou
351 insuficiente. Tem de tudo, prefeito. (Pausa). Só um pouquinho para eu
352 concluir, aí eu vou passar a palavra porque têm pessoas na sequência
353 inscritas.

354 Então, o Estado está fazendo uma força-tarefa para dar vazão a tudo
355 isso com qualidade. A área de licenciamento temos que dar qualidade sim.
356 E o IAP tem essa comissão com dez pessoas, está analisando tudo isso, têm
357 mais de cem processos que foram analisados. Isso não quer dizer que tenha
358 cem no COLIT, desses cem que foram analisados, muitos foram enviados
359 pedidos de complementação aos empreendedores, seja público ou privado,
360 e parte deles a comissão entendeu que estava pronto e mandaram para o
361 COLIT. Até agora no COLIT, senão me engano, entraram dezesseis e dois
362 deles que tinham pedido de urgência urgentíssima nós trouxemos para cá.

363 Em janeiro, isso eu queria combinar no final da reunião com vocês,
364 uma data viável, nós gostaríamos de fazer mais uma reunião e ver se tudo
365 aquilo que passou pela Comissão Técnica do IAP a gente já supera aqui no
366 COLIT. Então, entendo que se a Comissão Técnica trabalhar bem, os
367 empreendedores responderem aquilo que é solicitado, as complementações,
368 as informações a mais, enfim, e o COLIT ter velocidade tanto a Câmara
369 Técnica como passar por aqui, por isso que estamos trazendo um resumo
370 para cá, estamos aprimorando isso também. Porque lógico que vocês,
371 senhores e senhoras Conselheiras, não vão pegar um processo desse inteiro
372 para analisar, embora ele esteja disponível. Mas fizemos um modelo de um

373 resumo que vão trazer as principais características, aquilo que mais precisa
374 de informação para a tomada de decisão.

375 Então, nós estamos pensando em algo que vai dar transparência, vai
376 ter um nível interessante de participação, mas de uma maneira prática
377 também que não fique emperrando. Eu acredito que a gente vá superar as
378 expectativas ao longo do ano e dar um bom tratamento a todas essas
379 demandas, prefeito, inclusive com um forte aprofundamento técnico e não
380 colocar em risco, lógico que o risco de questionamentos e judicializações
381 existem, mas o que a gente busca com isso é ter efetividade dessas licenças.
382 Porque também não adianta a gente correr, emitir uma licença, e
383 logicamente com todo o direito que tem o Ministério Público questionar e
384 acabar sendo judicializada.

385 Por isso que eu digo, licenciamento é uma questão que você tem que
386 fazer com profundidade técnica e transparência. E têm questões que você
387 tem também que logo de cara analisar a viabilidade daquilo e decidir. Não
388 adianta, tem questões que têm que ser precisas, dizer: “Olha, tem que
389 procurar uma localização melhor! Está esgotado isso?” Enfim, isso são
390 muitas questões que tratam do tema de licenciamento, nós poderemos para
391 a frente, nas próximas reuniões, se alguém ou se o grupo achar por bem
392 fazer uma palestra aqui para vocês sobre os procedimentos de
393 licenciamento ambiental. Acho que seria bastante bacana para conhecer, o
394 que é tratado, como é tratado, por que é tratado. Acho que este Conselho
395 tem que se aprofundar nas questões, tanto estratégicas do litoral como
396 também algumas questões específicas. Lógico que em um nível micro ali
397 talvez chegue a um ponto que não precisa mais, mas esse é o fórum
398 interessante.

399 E questões de longo prazo, quais os projetos mais interessantes para
400 conservar a nossa biodiversidade, a nossa paisagem? Porque agora estamos

401 na agonia por causa do licenciamento, mas você vai ver a hora que passar
402 essa agonia, nós vamos tratar de temas aqui muito interessantes, que vão
403 acrescentar muito para o nosso litoral. Tenho toda a certeza disso, prefeito.

404 Então, eu entendo o momento, mas as medidas do Governo de
405 Estado foram tomadas no sentido de aprimoramento, de ajuda, de dar uma
406 mão para o IAP também que está extremamente sufocado. Tanto é que, eu
407 já falei isso na reunião anterior, conseguimos com toda a sensibilidade do
408 governador, depois de fazer um ajuste fiscal que não foi fácil politicamente
409 no Estado, mas hoje estamos em condições melhores e o primeiro concurso
410 autorizado pelo Comitê de Políticas Salariais e pelo nosso governador Beto
411 Richa foi para a área ambiental. O primeiro, depois de sair da crise que
412 todo o Brasil está passando, todos os estados, o Paraná não é uma ilha mas
413 está numa situação melhor por ter encarado e ter feito o ajuste fiscal às
414 duras penas, mas o primeiro que eles autorizaram e nos autorizaram, a
415 gente já mandou inclusive para a Secretaria de Administração o edital do
416 concurso, foi para a área ambiental, justamente por conta disso, por excesso
417 de demanda. Então, é um conjunto de medidas para atender toda essa
418 demanda, prefeito. E a gente espera que nos próximos anos a gente possa
419 dar um atendimento ao litoral muito melhor do que sempre foi dado. Então,
420 é isso.

421 O Sr. Conselheiro Edgar Rossi (Prefeito de Pontal do Paraná):- Só
422 um minutinho. Nós estamos com aqueles canais há três anos sem limpar,
423 com águas paradas, com problema de dengue, Paranaguá tem vários casos
424 de dengue, estamos com a temporada aí e eu sem licença para limpar os
425 canais, nós compramos máquina para limpar os canais. Então, é uma
426 situação muito complicada, gente. Muito complicada! Se começar a
427 acontecer isso, sabe o que tem que fazer? Tem que pôr no jornal a
428 irresponsabilidade, porque não é possível uma coisa dessa! Por que o IAP

429 hoje não está dando licença? Não está dando de medo do Ministério
430 Público! E aí está a ver navio!

431 Infelizmente estamos passando por essa dificuldade. Gente, uma
432 licença para limpar um canal, uma situação complicadíssima no município
433 e não estamos conseguindo fazer. Estamos nos aproximando de uma
434 temporada sem poder fazer manutenção desses canais por falta de licença
435 ambiental!

436 O Sr. Presidente do Conselho de Desenvolvimento Territorial do
437 Litoral Paranaense, Sr. Ricardo Soavinski (SEMA):- Por conta de o IAP ser
438 citado várias vezes, você quer fazer algum comentário, Ana?

439 A Sra. Conselheira Ana Cecília Nowacki (IAP):- Boa tarde a todos.
440 Prefeito, eu gostaria que a gente pudesse verificar a situação de cada um
441 dos processos que são referentes à prefeitura, essas questões emergenciais
442 que o senhor coloca. E acho que um item que o secretário tem colocado e
443 tem sido o nosso esforço é de procurar identificar realmente esses
444 licenciamentos que são referentes efetivamente a emergências. Se for
445 detectado que realmente é uma emergência, como foi o caso desses dois
446 que foram votados hoje, acho que tem total condição de na próxima reunião
447 o IAP, se for o caso, a própria Câmara Técnica pode dar prioridade a esse
448 processo e segue trâmite o mais rapidamente possível, de maneira a atender
449 a uma demanda que realmente é emergencial.

450 O Sr. Conselheiro (Não se identificou):- Mil casos de dengue no
451 verão, se for esperar a próxima reunião. É dessa forma que vocês vêm
452 agindo há anos com o nosso litoral.

453 O Sr. Secretário Executivo, Alfredo Parodi (COLIT):- Por gentileza,
454 eu peço para se identificar, Conselheiro.

455 O Sr. Presidente do Conselho de Desenvolvimento Territorial do
456 Litoral Paranaense, Sr. Ricardo Soavinski (SEMA):- Ele está inscrito, eu
457 vou passar a palavra na sequência.

458 A Sra. Conselheira Ana Cecília Nowacki (IAP):- Posso concluir?
459 (Assentimento). Muito obrigada. A situação hoje é essa. Existe hoje um
460 decreto do governador que determina que os processos tenham que passar
461 pelo Conselho do Litoral, então não cabe mais ao IAP tampouco à
462 Secretaria discutir esta questão. Eu acho que nós temos que atender o
463 decreto do governador. É uma questão legal hoje porque há um decreto do
464 governador determinando que os processos passem pelo Conselho e só
465 resta a nós, como é a nossa prática há muitos anos no IAP, como
466 funcionários públicos, nós temos que obedecer aos trâmites legais. Então,
467 eu não vejo outra possibilidade a não ser realmente identificar esses
468 processos que são emergenciais para que possa ser dada essa prioridade,
469 empreendimentos públicos e que se trate de emergências realmente, para
470 que a gente possa dar prioridade e trazer na próxima reunião para que seja
471 deliberado na mesma maneira.

472 O Sr. Conselheiro Edgar Rossi (Prefeito Pontal do Paraná):- Hoje
473 estou tendo oportunidade de falar, mas a gente fala e questiona que é
474 prioridade, leva até o IAP, eu venho falando, pedindo isso há seis meses só
475 que infelizmente não somos atendidos, de tanta burocracia. Por quê? Qual a
476 conversa que a gente ouve hoje do pessoal, às vezes, do IAP? Que não
477 querem liberar licença nenhuma para o litoral, porque libera licença e a
478 promotoria, o Ministério Público vão e questionam tudo. É isso que eles
479 falam para a gente. Então, a população tem que começar a morrer para ver
480 se alguém tem uma iniciativa e toma providências. É aquilo que eu falei, o
481 ser humano está perdendo valor do ser humano, o ser humano não está

482 tendo mais valor, não é prioridade mais. É a burocracia, não sei o que está
483 tendo valor, infelizmente a gente fica indignado.

484 O Sr. Presidente do Conselho de Desenvolvimento Territorial do
485 Litoral Paranaense, Sr. Ricardo Soavinski (SEMA):- Acho que os
486 esclarecimentos foram feitos, prefeito.

487 Na sequência das falas, com a palavra a Dailey, da Mater Natura. Por
488 favor.

489 A Sra. Conselheira Dailey Lins (Mater Natura):- Sr. Secretário,
490 autoridades, demais membros do Conselho, meus cumprimentos.
491 Secretário, nos fica uma dúvida em relação à antecedência do envio desses
492 processos. Como serão muitos processos, se eles forem enviados com
493 pouca antecedência vai ser difícil uma análise. Nós gostaríamos, por
494 exemplo, de tentar fazer uma análise prévia. E em relação ao resumo
495 também, eu acho que é estratégia interessante, mas a disponibilização dos
496 processos como um todo acho que também é importante. Porque se
497 ficarmos com alguma dúvida, ao lermos o resumo, a gente pode buscar nos
498 processos e tentar resolver isso e não deixar para a apresentação aqui, que
499 às vezes é bastante sintética e não conseguimos ter a profundidade
500 necessária para a análise.

501 Então, fica aqui registrado esse pedido que seja com pelo menos um
502 mês de antecedência, já que esses processos já estão de posse, já foram
503 encaminhados do IAP para o Conselho, que a gente tenha no mínimo um
504 mês para podermos fazer essa análise deles.

505 O Sr. Presidente do Conselho de Desenvolvimento Territorial do
506 Litoral Paranaense, Sr. Ricardo Soavinski (SEMA):- Dailey, obrigado. Eu
507 tenho discutido isso com a equipe da Secretaria Executiva, como o
508 Conselheiro ali tinha colocado antes, também tem coisas muito simples de
509 análise e que é o maior volume que nós temos lá.

510 Então, temos que ter muito bom senso até nesse começo com regras
511 não fixas demais para podermos dar uma vazão e atendermos
512 principalmente as emergências. Nas reuniões inclusive que a equipe da
513 Secretaria Executiva fez com a equipe do IAP, do licenciamento com a
514 Comissão que foi criada, foi no sentido de primeiro identificar aquilo que
515 era emergencial e que era mais simples e que pudesse dar vazão. Então,
516 eles fizeram essa triagem toda, tanto é que muitos, dezenas de processos
517 que estavam faltando informação ou que precisavam de complementação,
518 já pediram isso, já foi pedido para os empreendedores. Mas, enfim,
519 voltando na questão, eu entendo que a gente possa passar a recomendação,
520 podemos estudar isso com mais profundidade e depois definir juntos prazos
521 para algumas tipologias. Mas fica o compromisso aqui, em havendo
522 processos mais complexos, vamos tentar separar e dar um tratamento de
523 prazo maior.

524 Trinta dias, eu creio que seja difícil de a gente atender um prazo
525 grande desses, até pela frequência das reuniões. Mas eu poderia antecipar o
526 compromisso, depois a gente se reúne com a equipe e vamos ver como
527 vamos tratar para trazer pra você para discutir, mas, por exemplo, um
528 processo que requer EIA/RIMA, que requer um licenciamento trifásico,
529 com certeza vamos ter que dar um tratamento diferenciado porque o
530 volume de informações é enorme. Então, vai ter que ter outro tratamento.

531 Agora, uma coisa muito simples, de algo que já existe, um reparo,
532 alguma coisa assim, vamos ver, estamos construindo os procedimentos.
533 Então, neste começo vamos ter que ter um pouco de paciência, um pouco
534 de bom senso, mas este bom senso vai ter muito da nossa parte também,
535 porque nós somos técnicos iguais. Os nossos órgãos são técnicos então
536 estão acostumados a lidar com isso, sabe o tempo que leva, a dificuldade
537 que é tratar dessas questões, então, é só a gente rebater. Ou seja, quem está

538 analisando tem essa demanda também. Pode deixar que está considerado o
539 pedido de mais prazo, eu só acho difícil precisar quanto esse prazo, mas
540 trinta dias inicialmente eu sei que é difícil, a não ser para aqueles muito
541 complexos. Ok.

542 Por favor, Adalto.

543 O Sr. Conselheiro Adalto Mendes Luders (Adetur):- Presidente,
544 gostaria muitíssimo que o senhor permanecesse por longo tempo no cargo,
545 porque os Presidentes que lhe antecederam assumiram vários
546 compromissos com o litoral, infelizmente saíram dos seus cargos, e os
547 Presidentes que entram obviamente não têm os mesmos compromissos da
548 pessoa que antecedeu.

549 Já tinha uma demanda no sentido de simplificar essas licenças
550 ambientais no litoral. Não faz sentido o prefeito de Pontal pegar uma
551 licença para limpar um canal que já existe há trinta anos lá, como não faz
552 sentido, quando pega essa licença, valer para uma única limpeza. Existe a
553 legislação, existe o processo de licenciamento, só que essas licenças podem
554 ser dadas para limpar o canal por cinco anos, por exemplo.

555 Não há necessidade de cada vez que for encostar um trator na beira
556 do rio se demandar uma situação dessa. Se a legislação não permite isso,
557 temos que buscar alterar essa legislação. O litoral está refém do COLIT.
558 Uma demanda que é de décadas já, só eu já brigo com o COLIT há uns
559 quinze anos, é a questão da paridade. Metade dos Conselheiros desta sala
560 sequer conhece o litoral, ou se conhece vão ali em Morretes comer um
561 barreado. Não tem condições. Nós queremos pessoas do litoral
562 representando o nosso litoral. E mais, nós queremos pessoas da iniciativa
563 privada. Têm duas cadeiras da iniciativa privada: uma da Associação
564 Comercial e a outra do Adetur. As demais é a Mater Natura, que é ONG,

565 universidade e vinte e cinco Secretarias. Isso não está correto. Nós
566 queremos e precisamos de paridade neste Conselho.

567 A questão da licença ambiental aqui no Conselho do Litoral já foi
568 amplamente discutido anteriormente e ficou-se de tentar simplificar esta
569 situação. Não dá para trazer qualquer tipo de discussão sobre licenciamento
570 aqui. Construção de uma obra no município, não é o caso de Pontal que
571 está para aprovar o plano diretor, mas outros municípios têm o plano
572 diretor que diz o que se pode fazer e o que não pode fazer. Se pode fazer,
573 por que tem que perguntar para o COLIT?

574 A questão de licenciamento ambiental, quando exige o EIA/RIMA,
575 quando é uma situação de complexidade, até concordo que tem que ter uma
576 discussão ampla, agora para asfaltar uma rua que já existe, para fazer uma
577 terraplanagem numa rua que já existe, o município não tem que ficar
578 pedindo licença. Vocês vão me desculpar, mas isso só atrapalha.

579 De imediato, gostaria de sugerir a este Conselho, como Conselheiro
580 que sou, é a possibilidade de licenças com prazos maiores para que os
581 municípios possam trabalhar nessas limpezas. Já chegou a dengue em
582 Paranaguá, junto com a dengue deve vir o Zika Vírus e deve vir o
583 Chikungunya. Isso vem junto. O mosquito vem, a doença vem também.
584 Paranaguá recebe gente do mundo inteiro. Desce portuário naquela cidade
585 todo o dia de pelo menos cinquenta países diferentes. Cada navio tem pelo
586 menos dez, doze nacionalidades trabalhando dentro dele. Tem doença na
587 cidade, só faltava o vetor. O vetor já está lá, é o mosquito. Vocês vão matar
588 gente por falta de licença ambiental, por causa de um decreto burro. Se
589 existe esse decreto é um decreto burro do nosso governador que tem que
590 ser corrigido.

591 O Sr. Presidente do Conselho de Desenvolvimento Territorial do
592 Litoral Paranaense, Sr. Ricardo Soavinski (SEMA):- A Ana Cecília vai
593 responder e depois eu complemento.

594 A Sra. Conselheira Ana Cecília Nowacki (IAP):- Eu queria
595 esclarecer a Conselheira com relação à questão dos prazos e as vistas dos
596 processos. O IAP está trabalhando há cerca de dois anos, mas com muito
597 mais intensidade desde ano passado no sistema de gestão ambiental que o
598 licenciamento é feito eletronicamente.

599 Algumas tipologias de empreendimento, como atividades industriais,
600 hoje estão totalmente implementadas. Até o final do próximo ano de 2016,
601 todo o licenciamento do IAP será eletrônico. Então, nós teremos a
602 possibilidade dos Conselheiros terem acesso às informações desde o início
603 do andamento do processo. É uma questão de nós acertamos a situação de
604 senhas, dos níveis de conhecimento de dentro do processo efetivamente.
605 Então, acho que essa questão será resolvida com muita rapidez.

606 Existe esse passivo de processos de licenciamento que tem que ser
607 tratados de uma maneira diferente, porque são processos físicos ainda.
608 Então, acho que essa situação vamos ter condição de atender a demanda do
609 Conselho com muita rapidez.

610 Com relação à questão da simplificação dos processos de
611 licenciamento, eu não gosto desse termo de simplificação dos processos de
612 licenciamento. O licenciamento não é um processo simples, eu só queria
613 tentar colocar uma idéia até para eventualmente a gente debater, mas o
614 processo de licenciamento de outras maneiras tem sido discutido em nível
615 nacional. O IAP tem feito parte, o secretário tem acompanhado isso
616 conosco da revisão dos procedimentos das resoluções referentes ao
617 licenciamento. Nós teremos outras modalidades de licenciamento que

618 poderão ser adotadas em nível de Estado e que trarão maior celeridade no
619 processo de licenciamento, nunca uma simplificação.

620 A outra questão que veio trazida ao processo de licenciamento é a
621 questão de empreendimentos de impacto local. E para isso existe uma lei
622 complementar à Constituição que prevê que esses licenciamentos devem
623 ser feitos em nível de município. Então, os municípios devem se capacitar a
624 realizar os licenciamentos ambientais nessa esfera de atuação, quando o
625 impacto for local.

626 Muitas das atividades que nós estamos aqui discutindo e
627 eventualmente demandando um tempo, uma análise mais aprofundada,
628 poderão ser feitas com maior tranquilidade porque aqueles processos que
629 efetivamente se referem a impacto local vão estar sendo demandados pelo
630 município. O próprio município vai fazer essas análises e vai ter que
631 submeter da mesma maneira ao Conselho, mas essas análises serão feitas
632 em nível de município.

633 Então, eu acho que os caminhos existem, basta que a gente consiga
634 trilhar esses caminhos.

635 O Sr. Conselheiro Adalto Mendes Luders (Adetur):- Eu não fui bem
636 interpretado com o termo simplificação. A simplificação que eu quis dizer
637 é no sentido de uma infraestrutura já existente no município, no caso de
638 rios. É óbvio que se precisa de uma licença ambiental para limpar esse rio,
639 concordo plenamente. Mas para toda a limpeza ter que fazer um processo
640 de licenciamento, não faz sentido para a minha pessoa, mesmo que a
641 legislação exija isso. O que estou propondo é que a gente vá buscar meios
642 para simplificar essa questão. O rio vai estar lá daqui a cinco anos, ele vai
643 estar trazendo um impacto de doenças e uma série de outras situações ao
644 longo de todo esse tempo. O município precisa fazer a manutenção regular

645 nesses canais de rio que tem no litoral. Não estou dizendo uma vez por ano,
646 estou dizendo a cada noventa dias no máximo.

647 Então, essa licença ambiental não pode ser válida unicamente para
648 um único procedimento. Tem que ter um prazo de validade maior, cinco
649 anos, quatro anos, três anos. Lógico que o município tem que assinar um
650 termo de compromisso e informar ao IAP de que maneira vai ser feito esses
651 procedimentos. Agora, não há condições de, para cada procedimento de
652 limpeza, você ter que pegar uma licença.

653 A Sra. Conselheira Ana Cecília Nowacki (IAP):- Eu acredito que o
654 assunto já foi discutido, senão vamos ficar discutindo uma situação bem
655 específica que vai tomar o tempo de todos os Conselheiros. Acho que o
656 secretário queria complementar.

657 O Sr. Presidente do Conselho de Desenvolvimento Territorial do
658 Litoral Paranaense, Sr. Ricardo Soavinski (SEMA):- O Parodi está pedindo
659 a palavra. Por favor, Parodi.

660 O Sr. Secretário Executivo, Alfredo Parodi (COLIT):- Obrigado,
661 Presidente. Com relação à colocação do Diretor-Presidente da Adetur,
662 Conselheiro Adalto, há uns quatro meses atrás nós participamos da reunião
663 da AMLIMPA - Associação dos Municípios do Litoral, quando tive a
664 oportunidade de conhecer o Presidente Adalto. E estive junto com os
665 prefeitos, justamente fazendo um trabalho de aproximação da Secretaria
666 Executiva do COLIT com as prefeituras, com as organizações não
667 governamentais, com a sociedade civil organizada e quando eu tive o
668 prazer de conhecer o Diretor-Presidente Adalto que pleiteou inclusive,
669 Presidente Soavinski, um assento no Conselho, Secretário Pepe. E nós
670 trouxemos esse anseio, essa solicitação para o Secretário Soavinski que, de
671 pronto, viu como extremamente interessante a participação da Adetur.
672 Tanto é que a vossa Agência de Desenvolvimento do Turismo Sustentável

673 do Litoral do Paraná faz parte hoje do COLIT, como tantos outros. E eu só
674 gostaria de esclarecer que no Conselho não são vinte e cinco Secretarias de
675 Estado, são oito Secretarias de Estado, seis prefeituras e inúmeros outros,
676 Associações Comerciais do Litoral, Associação de Pescadores, Adetur,
677 dentre outras. É só isso, Presidente. Obrigado.

678 O Sr. Presidente do Conselho de Desenvolvimento Territorial do
679 Litoral Paranaense, Sr. Ricardo Soavinski (SEMA):- Adalto, só para fechar,
680 a gente tem total consciência da situação, tanto é que estamos tomando
681 medidas, a própria Comissão que foi criada lá foi para dar celeridade em
682 tudo isso. E tem inúmeras iniciativas do IAP e da Secretaria, enfim, do
683 Estado, tanto no âmbito do Estado quanto participando de fóruns nacionais
684 discutindo essa questão do licenciamento. Claro que quando a gente discute
685 é muito voltado aos grandes licenciamentos aqui e fora daqui, mas aqui tem
686 muita coisa pequena, local. Às vezes o pequeno, o local, não estou falando
687 dos canais que têm que limpar ou uma coisa ou outra, mas tem muita coisa
688 que tem supressão de vegetação também. Às vezes é local, mas tem, aí
689 você vai somando, são centenas. Cada uma tem um hectare, dois hectares e
690 vai somando. A soma de tudo isso é muito importante que a gente faça.

691 Então, talvez, o que a gente tenha que tomar conhecimento mais à
692 frente na evolução dos nossos procedimentos, a maneira a ser tratado,
693 talvez não de passar os processos por aqui para uma anuência, mas talvez
694 tomar conhecimento. Tem várias maneiras de desempenharmos o nosso
695 trabalho enquanto Conselho do Litoral, tratando inclusive do
696 licenciamento. Não vamos estar aqui para tratar só de licenciamento. Tem
697 questões muito mais interessantes, estratégicas, de acompanhamento do
698 que acontece no litoral, em uma visão de curto, médio e longo prazo, nas
699 várias vocações do nosso litoral.

700 Então, acho que é isso que temos que trazer aqui e discutir
701 fortemente, a questão do turismo mesmo. Desculpem-me o termo, mas de
702 tanto lidar com isso durante muitos anos, a diferenciação entre turismo e
703 veranismo. O que compensa mais aos municípios ali? Não sou contra o
704 loteamento, depende de onde, para que, como, qual a destinação. Então,
705 têm muitas áreas nossas com vocação turística mesmo que pode trazer
706 benefícios sociais e econômicos, com baixo impacto de ocupação inclusive,
707 que talvez foram desperdiçados, construindo milhares de casas que ficam
708 fechadas dez meses por ano. Será que é esse o modelo que nós queremos
709 em todos os lugares, e expandir mais ainda no litoral? Não sei. Não estou
710 aqui fazendo só uma crítica, estou colocando. E não é só aqui, é na maior
711 parte da costa do litoral brasileiro e em muitos países. Tem país que
712 fizeram políticas de começar a demolir, de cobrar impostos, sobretaxas.

713 Então, tem muita coisa para a gente discutir e em uma visão
714 estratégica, acho que temos que usar esse fórum para isso. Por isso o
715 conjunto das instituições ser tão amplo, como o Parodi trouxe aqui a
716 questão de trazer à sua instituição para cá, excelente! Acho que temos que
717 estar aqui com o turismo, com a pesca, com a ciência, quem estuda, quem
718 se aprofunda nas questões.

719 Tem muita coisa que temos que discutir aqui, mas o licenciamento
720 especificamente, acho que à medida que a gente se aprofunda um pouco
721 mais, desmistifica muita coisa, eu entendo sim que a gente possa deixar de
722 tratar os licenciamentos, principalmente os de impacto local, e venha fazer
723 um futuro breve, uma contabilização, uma prestação de contas do que
724 acontece e dentro de um planejamento, utilizando ao máximo os planos
725 diretores dos municípios. Por isso, a necessidade tão premente de ter um
726 plano diretor em Pontal, que é um município que ainda não tem. Isso é
727 fundamental. Eu só não posso admitir, e tenho que registrar, chamar uma

728 atitude aqui em plenário em um fórum desse, qualificado como é, de burra.
729 Desculpa-me, mas só isso a gente não pode admitir. Eu pediria que em
730 próximas intervenções, maneirasse na terminologia. É isso. Muito
731 obrigado.

732 O Sr. Conselheiro Adalto Mendes Luders (Adetur):- Falei
733 especificamente do decreto do governador, vocês vão me desculpar, mas
734 acho um decreto burro realmente.

735 Parodi, agradeço o convite, eu sei que melhorou muito o Conselho
736 nesses últimos anos, mas são oito Secretarias, o Estado tem quase vinte e
737 cinco cadeiras dentro deste Conselho. De qualquer forma o Conselho do
738 Litoral evolui muito, só que ainda a legislação, para usar um termo caipira,
739 atravanca o nosso progresso lá embaixo. Então, acho que esse fórum é um
740 fórum para se melhorar essa questão.

741 O Sr. Conselheiro Edmir Manoel Ferreira (Federação dos Pescadores
742 do Paraná):- Sr. Presidente, peço a palavra, por favor. (Assentimento).
743 Estou retornando, fui muitas vezes Conselheiro, eu e o Prefeito Helder
744 participávamos juntos em outros governos, eu fiquei afastado há bastante
745 tempo e agora fui convidado, temos uma cadeira aqui para colaborar com
746 os pescadores do Paraná, principalmente do litoral.

747 Eu, passando ontem em Pontal do Paraná, estou vendo a agonia do
748 prefeito de Pontal do Paraná, realmente não está fácil aquele rio. A gente
749 viu, está insuportável, até o meu filho falou: “Puxa, mas o prefeito nem
750 limpa isso aqui, que ruim!” Mas agora a gente vê a dificuldade que está
751 tendo e quero propor, Sr. Presidente, que houvesse reuniões como essa lá
752 no litoral. Talvez alguém já tenha feito essa solicitação, mas como fiquei
753 bastante tempo fora, gostaria que os Conselheiros descessem ao litoral e
754 vissem as cidades do litoral, as dificuldades que os prefeitos têm lá. Na
755 hora de votar a gente estaria bem consciente. Obrigado.

756 O Sr. Presidente do Conselho de Desenvolvimento Territorial do
757 Litoral Paranaense, Sr. Ricardo Soavinski (SEMA):- Muito obrigado. Na
758 reunião anterior a Prefeita de Guaratuba fez essa proposta das reuniões
759 serem feitas lá no litoral. E nós vamos fazer sim, se pudermos até destinar
760 uma parte do dia para fazer algumas visitas técnicas, alguma coisa desse
761 tipo, é muito importante isso, gente.

762 A gente tem que trazer realmente os problemas, volto a dizer, as
763 vocações, os anseios, trazer tudo. Vamos fazer desse fórum um fórum
764 extremamente positivo, que traga todos os temas para cá e discuti-los
765 estrategicamente. Acho que isso é salutar, é bom.

766 Estou vendo a Dr. Priscila, que é promotora, está lá e é super atuante,
767 quanto mais estiver aqui, Dra. Priscila, é ótimo para todos nós. É muito
768 bom fazer as coisas com a maior transparência possível, trazer os
769 problemas, trazer os anseios, lógico que de maneira organizada,
770 construindo os temas, buscando uma discussão estratégica de cada
771 município, do conjunto.

772 Só para falar para vocês, nós temos um recurso da multa, aquele
773 recurso famoso da multa da Petrobras de noventa milhões, está
774 judicializado há anos, hoje é muito maior porque têm os juros. Nós estamos
775 discutindo com alguns outros órgãos e com o próprio Ministério Público
776 um programa extremamente interessante para o litoral, tanto de pesquisa,
777 de conservação, de biodiversidade, de meio ambiente, mas com um viés
778 transversal que trata de muitas coisas que nós estamos discutindo aqui e
779 vamos tratar e vamos discutir.

780 Então, esses assuntos são extremamente interessantes em trazer para
781 cá também para conhecimento de todos. Tem muita coisa necessária,
782 importante e boa para tratarmos aqui relacionado ao nosso litoral. Prefeito,
783 por favor.

784 O Sr. Conselheiro (não se identificou):- Senhores e senhoras, boa
785 tarde. Presidente, parabéns! O Soavinski se colocou muito bem. Quero
786 parabenizar o Alfredo Parodi, realmente é um grande companheiro, tem
787 feito contato permanente, desde que assumiu o posto.

788 E já nesta condição de fazer algumas últimas colocações, queria
789 fazer com vocês uma rápida análise do litoral do Paraná com relação ao
790 Estado como um todo. Vamos imaginar os princípios deste Estado do
791 Paraná, por onde ele nasceu e vamos imaginar também que por ali
792 passaram os primeiros que aqui adentraram ao Estado do Paraná, e que
793 simplesmente começaram a se fixar ali. Se fixaram e subiram serra acima.
794 O tempo passou e podemos observar que algumas regiões do Estado do
795 Paraná foram altamente privilegiadas, Ponta Grossa, Guarapuava, Foz do
796 Iguaçu, Londrina, cresceram assustadoramente. O potencial econômico
797 dessa região se transformou, se transformou. O litoral continua, Presidente,
798 na mesma situação, um pouquinho modificada deste período.

799 E vou um pouco mais longe. Acabaram com as Sete Quedas, uma
800 das coisas mais importantes do nosso Estado do Paraná. Transformaram
801 Foz do Iguaçu, construíram horrores no entorno das cachoeiras e nós ficamos
802 à mercê do desenvolvimento, da fixação do homem, da melhoria da
803 qualidade de vida e, além de tudo, estamos agora com a dengue que é o que
804 estamos herdando.

805 Ora, é preocupante. Eu não quero aqui colocar a culpa em apenas um
806 governo. Eu quero colocar a culpa aqui em uma história deste Estado do
807 Paraná que não privilegiou a nossa região. É inadmissível o que realmente
808 continua acontecendo com Guaraqueçaba. Vejam as estradas, vejam o
809 cidadão que mora ali, frequentem a ilha como eu frequento, Barbados, vão
810 ver Bertiooga, Vila Fátima, Sebuí, para vocês sentirem na pele o que é o
811 cidadão paranaense, o quanto ele sofre naquela região, sem emprego, sem

812 estudo, sem energia elétrica, sem um local para sequer colocar um gelo,
813 gelar um peixe que ele pescou. Ele tem que sair dali correndo, quando não
814 tem combustível sequer para levar o peixe até o mercado de Paranaguá.

815 Então, realmente o que eu quero aqui é sensibilizar esse Conselho, é
816 que tenhamos em inteligência suficiente, que Deus nos ilumine, que nos dê
817 sabedoria para que a gente possa realmente unir o útil ao agradável. Nós
818 não queremos destruir as questões ambientais, nós não queremos realmente
819 que façam coisas erradas, mas nós queremos avançar, sim. Nós queremos
820 dar uma condição de vida não só à pessoa que mora naquela região mas
821 também para quem vai frequentar em períodos, como foi bem colocado
822 aqui, de veraneio.

823 Estou nesta luta há décadas e eu vejo uma condição de se repetir
824 todos os anos. Só para vocês terem uma idéia, quando eu chego nas ilhas a
825 condição de ansiedade das pessoas em me trazer os problemas, como se eu
826 fosse algum político lá da região, não só do litoral mas do local onde mora,
827 me pedindo para resolver os problemas, como moradia. Agora tivemos um
828 vendaval que acabou com a Ilha de Medeiros. Para quem o pessoal ligou?
829 Para a prefeita que é uma grande lutadora, batalhadora, ligou para mim
830 porque estou sempre na região.

831 Então, vejam bem, é importante que tenhamos consciência, o litoral
832 existe e precisamos fazer alguma coisa por ele com muita inteligência e
833 sabedoria. É importante que este Conselho se conscientize que não
834 queremos destruir questões ambientais, queremos preservá-las, mas temos
835 que avançar porque a vida é muito curta, as pessoas precisam viver melhor,
836 as pessoas precisam ter uma habitação digna, um emprego digno, estudo.
837 Inclusive, para vocês terem uma idéia, as crianças fazem até o quarto ano
838 primário e acabou. Não tem mais para onde ir. Isso simplesmente é
839 inadmissível em um Estado tão rico como o nosso, em uma federação que

840 arrecada horrores e não nos repassa aquilo que é necessário para ser
841 investido na região.

842 A outra situação, Presidente, que gostaria que o Conselho trabalhasse
843 para ajudar o litoral é que descobrisse as formas e nos auxiliassem a buscar
844 o ICMS Ecológico, porque cada dia é uma novidade diferente. Nós só
845 recebemos poda na questão de repasse dos recursos. Essa necessidade é
846 imperiosa. E por falar nesta 'buta' o desastre aconteceu justamente em
847 Morretes, eu era prefeito naquela época, nós negociamos com a Petrobras
848 algumas ações e numa parceria desenvolvemos alguns projetos na área de
849 saúde, segurança, ambiental e outras mais. Inclusive com um dos melhores
850 programas de atendimento à criança na escola no que diz respeito à
851 educação ambiental. Investimos quase quatro anos em cima disso,
852 implantamos a coleta de lixo que não existia no município, na região do
853 interior, nos sítios, 100% graças ao trabalho que foi feito naquela época
854 com a Petrobras.

855 E tem outra situação, essa multa, com certeza absoluta pertence, a
856 sua maioria, ao município de Morretes. Nós precisamos desse recurso,
857 precisamos que o Conselho defina essa questão. Nós tivemos os rios que
858 foram afetados. Se hoje tiramos seixo rolado dos rios, nós ainda sentimos o
859 cheiro do petróleo, e quantos anos já faz isso? Nós precisamos retomar
860 essas questões e precisamos realmente cuidar do cidadão que está lá.

861 Então, fica aqui esta colocação da necessidade de sensibilizar este
862 Conselho para que este Conselho saiba realmente como é importante a
863 participação de todos os membros no sentido de abrir as portas para que
864 esse litoral possa ter uma nova cara. Muito obrigado.

865 O Sr. Presidente do Conselho de Desenvolvimento Territorial do
866 Litoral Paranaense, Sr. Ricardo Soavinski (SEMA):- Muito obrigado,
867 prefeito. Prefeito, o senhor colocou muito bem, é na linha do papel do

868 Conselho, afinal de contas é Conselho de Desenvolvimento e Ordenamento
869 Territorial do Litoral, então é muito bem colocado.

870 Eu aproveitei hoje, já que não tratamos de um assunto que teríamos
871 bastante tempo para ser tratado e de alguma maneira a palavra ficou livre e
872 foi muito bom. Acho que é muito bom a gente poder ter um fórum como
873 esse que traz as questões, fala abertamente. Acho que isso é interessante,
874 entender o papel de cada gestor, nas suas diferentes instâncias, governo,
875 não governo, e é por aí que eu acho que nós vamos construir um trabalho
876 bastante interessante. E já faço um apelo desde já para que as nossas
877 reuniões realmente venham mesmo os prefeitos, os titulares, nada contra os
878 suplentes, não só quando tivermos assunto extremamente importante para
879 ser tratado, mas vamos tentar sempre manter isso e sempre ter um espaço
880 para discussão e construção de uma visão para ver onde queremos chegar e
881 não tratar o COLIT ou as coisas a serem trazidas para o COLIT de uma
882 visão burocrática apenas e sim em um aspecto técnico e estratégico para a
883 região. Esse é o nosso grande papel.

884 Não temos mais ninguém escrito, eu gostaria de então agradecer
885 imensamente a participação de todos. É a nossa última reunião do ano, em
886 janeiro gostaria já de deixar marcada uma reunião, sei que na primeira
887 quinzena é praticamente impossível, mas creio eu que na segunda
888 quinzena, principalmente na última semana do mês já seja possível. Acho
889 que todos já estarão em plena atividade. Não sei se marcamos uma data, sei
890 que é difícil chegarmos a um consenso, mas deixaria apontada a última
891 semana do mês, aí a gente vê, analisa direitinho o dia e faz o chamamento
892 aos Conselheiros e Conselheiras.

893 Então, não tendo mais assunto a tratar, mais uma vez agradeço
894 muitíssimo a presença, desejando um Natal bastante feliz. É um momento
895 de reflexões, momento de curtir a família, de descanso também, muita

896 gente entra de férias, estou quase há um ano no trabalho praticamente
897 direto aqui, estou precisando ver minha família também, mas, enfim,
898 desejar que tenham um bom Natal, um bom Réveillon e que ano que vem
899 tenhamos um ano muito melhor do que esse e que o nosso COLIT
900 funcione. Vamos tentar chamar, sei que a reunião, pelo regimento, é
901 bimensal, mas vamos tentar chamar uma reunião mensal até esgotar a
902 agenda. Então, se preparem, reservem a agenda e espero que ano que vem
903 tenhamos um ano muito bom de trabalho para todos nós com excelentes
904 resultados. É isso aí, muito obrigado. Está encerrada a reunião.